

# Gilberto Velho: subjetividade, reflexão intelectual e crítica política<sup>2</sup>

**LIA ZANOTTA MACHADO (UNB)**

---

2 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no seminário Trajetórias Antropológicas: reflexões sobre a obra de Gilberto Velho, realizado na Universidade de Brasília, em 22 de maio de 2014.



Gilberto Velho foi um “intelectual público”, tal como se reconheceu em entrevista a antropólogas portuguesas (BASTOS; CORDEIRO, 1997), ainda que, naquele momento, considerasse tal característica como generalizada entre intelectuais brasileiros. Possivelmente comparava as formas de engajamento diferencial de intelectuais brasileiros e latino-americanos face às expectativas dos países europeus e norte-americanos em relação aos seus intelectuais.

Sua obrigação metodológica de “poder pôr-se no lugar do outro” atravessa toda a sua produção intelectual, no sentido abrangente de produção acadêmico-científica, etnográfica e ensaística, bem como de crítica política. Apontarei como as propostas teórico-metodoló-

gicas de estranhar o familiar e de se familiarizar com o estranho se estruturam coerentemente com as propostas políticas de reflexão e crítica sobre a sociedade e a cultura contemporânea, bem como sobre as propostas de jamais esquecer o olhar sobre a subjetividade do outro e de si mesmo. Tal como Simmel e Weber, seu olhar de analista era um olhar situado a partir de onde era possível buscar significados.

Começo pela sua caracterização como intelectual público. Sigo então em busca de caracterizar, de meu ponto de vista, seu entendimento teórico da heterogeneidade das sociedades contemporâneas. Esse entendimento o leva a um diagnóstico das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, apontando a emergência de novos projetos subjetivos que se metamorfoseiam, assim como leva a apontar, com “dramaticidade”, as novas problemáticas e desafios presentes na sociedade nacional (razão e emoção, subjetividade e objetividade se articulam na reflexão de Gilberto Velho).

## O INTELLECTUAL PÚBLICO GILBERTO VELHO

Intelectual público é um conceito que serve com propriedade ao estilo de “ser antropólogo” de Gilberto Velho, tendo em vista sua sempre presente disposição a se pronunciar sobre os caminhos e desigualdades do desen-

volvimento urbano, sobre a necessidade da ampliação dos direitos da cidadania, sobre a ineficácia das políticas públicas de segurança e disposição a incidir sobre os rumos que deveriam ser tomados pelas políticas públicas sobre patrimônio histórico e cultural, e sobre ciência e tecnologia. Não se furtava a se posicionar em artigos acadêmicos e em jornais cotidianos<sup>3</sup> sobre questões hoje candentes, como a segurança pública, a corrupção e o crescimento exponencial da violência.

Terminava seu artigo sobre “Individualismo, anonimato e violência”, em 2000, com os seguintes termos bastante reveladores de seu investimento pessoal, emocional e intelectual face à situação da sociedade brasileira:

A situação crítica da sociedade brasileira manifesta-se com particular dramaticidade nos grandes centros urbanos, cenários e produtores de novas formas de interação social onde o conflito assume proporções assustadoras. As ideologias individualistas, ao lado de seu papel inovador e muitas vezes criativo, não produziram uma cidadania político-cultural onde houvesse, simultane-

---

3 Cito alguns artigos recentes publicados no jornal *O Globo*: “Crime e corrupção”, em 10 de setembro de 2011, “A destruição do patrimônio” em 2 de abril de 2011, “A violência depois das eleições” em 9 de novembro de 2010 e “Civildade e educação” em 15 de agosto de 2010.

amente, maior igualdade político-econômica e espaço mais legítimo para a riqueza e complexidade culturais se desenvolverem com plenitude. Este é, hoje, um dos maiores desafios para os cientistas sociais e para todos aqueles, de algum modo, envolvidos ou interessados em políticas públicas (VELHO, 2000a, p. 26).

Embora os conflitos e a complexidade da vida social fossem considerados inerentes à dinâmica das sociedades, sendo a complexidade e heterogeneidade caracteres desejados, sua crítica acentuava o caráter de “proporções assustadoras” que os conflitos assumiam na situação brasileira, que aqui aparecem como vinculados a um individualismo que se desenvolveu sem sua esperada correspondência de igualdade político-econômica.

Ainda em 2000, em seu artigo “O desafio da violência”, fazia forte crítica aos poderes públicos:

Verbas são desviadas, obras superfaturadas, numa sucessão rápida e ininterrupta de fatos que agravam o quadro de desapontamento, às vezes indiferença e, muitas vezes, revolta. O que esperar diante desses exemplos de improbidade? No mínimo agrava-se a falta de confiança nos quadros dirigentes. Muitos considerarão normal e aceitável vários tipos de transgressão e, mesmo, crimes, diante do que aparece na mídia e do que vivem no cotidiano. Outros poderão reforçar sua posição de afastamento e desprezo pela esfera pública. De qualquer

forma, instaura-se um clima de salve-se quem puder, no qual cada vez menos indivíduos e grupos poderão manter identidades estáveis baseadas em atitudes e comportamentos pautados pela ética religiosa ou laica (VELHO, 2000b, p. 59).

Vinculava aqui o exponencial de conflitos e transgressões à crescente desconfiança em relação aos quadros dirigentes. Junto à crítica à esfera pública, apontava o que entendia sobre uma sociedade desejada e não efetivada no Brasil: uma dinâmica social baseada em identidades estáveis apoiadas quer em éticas laicas ou religiosas. Ou seja, almejava um futuro possível para identidades estáveis e moralidades compartilhadas, sempre, no entanto, supondo, admitindo e elogiando a heterogeneidade social e o pluralismo das éticas e moralidades.

Se não atribuía ao estado, exclusivamente, a falta de iniciativa e eficácia para a construção de um projeto nacional, era ao estado que fazia incidir suas críticas. Perguntava-se no mesmo artigo sobre “O desafio da violência”:

Como construir e sustentar um projeto nacional nessas circunstâncias? A sociedade civil, por si só, é insuficientemente organizada para enfrentar esses desafios e criar alternativas legítimas para o enfrentamento da violência. Só o estado, reformado e renovado, incluindo o Legislativo e o Judiciário, poderá dispor de meios e re-

cursos, articulado à opinião pública, para reverter essa ameaça de colapso. Estou falando, bem entendido, de regime democrático e não de ditaduras salvacionistas. Sem o apoio contínuo e vigilante da sociedade civil, o estado corre o risco de hipertrofiar-se num autoritarismo esterilizante, como em boa parte de nosso passado (VELHO, 2000b, p. 60).

Sua visão crítica não deixava de abarcar como um todo a sociedade moderna contemporânea. Em 2007 escrevia o texto “Medo, insegurança e violência”, publicado recentemente como capítulo da coletânea: “A cidade e o medo” (VELHO, 2014).

Em quase todo o mundo, seja em razão de terrorismo, ou banditismo, vários setores da sociedade procuram se adaptar a situações de risco e perigo. A globalização atua, de várias formas, no processo de construção social do medo. A divulgação de notícias e imagens violentas de atentados e crimes percorre todo o planeta, através da televisão, da internet e da mídia em geral. Na realidade, ainda estamos aprendendo, de modo bastante fragmentado, o horror da violência da sociedade moderno-contemporânea (VELHO, 2014, p. 21).

Seu envolvimento político como intelectual público e seus campos de pesquisa empíricos e de reflexão ensaística sempre se constituíram como interfaces em intera-



ção, em estímulos recíprocos. Giraram em torno da sociedade brasileira, seu presente, seu caminhar histórico e, mais especialmente, sobre a cidade do Rio de Janeiro. Em seu memorial para professor titular em 1992, publicado na Revista Mana (VELHO, 2012), relata que participou de pesquisa em comunidade portuguesa em Boston, enquanto pós-graduando nos Estados Unidos, mas seu foco foi sempre preferencialmente próximo: distintos estilos de vida de camadas médias urbanas de status diferenciados, sejam mais ou nada aristocráticos. Analisou de moradores de prédios de conjugados a grupos de jovens intelectuais boêmios e surfistas da Zona Sul carioca<sup>4</sup>, com estilos de vida e práticas de consumo de drogas distintos, passando pelas trajetórias e projetos de vida de camadas médias de acordo com suas metamorfoses geracionais em relação à família e parentela, analisando também comportamentos “desviantes”.

Apesar da proximidade geográfica, não considerava fácil pesquisar tais universos. Julgava então necessário marcar uma posição metodológica. Escreveu um texto extremamente difundido, “Observando o familiar”, ainda no começo de sua carreira. Em entrevista a Maurício Fiore, declara:

---

4 *Nobres e anjos* (VELHO, 1998) é o título de sua tese de doutorado de 1979, publicada em 1998.

Essa é uma das questões que sempre me interessou. Tive até um debate saudável com o Roberto DaMatta quando escrevi “Observando o familiar”, principalmente porque o meu ponto é que alguma coisa ser familiar não significa que ela seja conhecida e que, portanto, para você estudar o familiar, você tem que desenvolver uma estratégia própria de objetivação, de estranhamento, de distanciamento, nem que seja num movimento de ir e vir, mas que é fundamental (VELHO, 2008, p. 126).

Logrou “estranhar o familiar”, pois “havia uma consciência da dificuldade de desnaturalizar noções, impressões, categorias, classificações que constituíam minha visão de mundo” (VELHO, 2003, p. 15). Esse processo de conhecimento se constitui analiticamente como “estranhamento crítico diante do próximo”. Sustenta sua posição em seus fundamentos teóricos pelo “fato (nas sociedades complexas, mas especialmente na vida urbana) de o indivíduo não ser englobado por nenhum grupo específico – somado às características individuais e à formação do antropólogo” (VELHO, 2003, p. 18). Para ele “é o múltiplo pertencimento que permite aos antropólogos pesquisarem sua própria sociedade e, dentro dela, situações com as quais ele tem algum envolvimento e do qual participa” (VELHO, 2003, p.18). Gilberto Velho indica que, para além da formação do antropólogo, há uma possibilidade de distanciamento advinda e gerada pela

própria sociedade complexa, em especial, pelos contextos urbanos, que introduziram de forma sem precedentes o múltiplo pertencimento.

Até aqui temos inscrita a possibilidade do distanciamento: tanto do pesquisador em relação a seu ponto de vista inicial como do distanciamento em relação ao ponto de vista do outro. Mas qual a particularidade metodológica da análise antropológica? Embora Gilberto Velho indique, em sua entrevista a Bastos e Cordeiro (1997), que os antropólogos em geral e não só no Brasil, são chamados a participar politicamente, não num partido ou movimento, mas frente à sua sociedade, no Brasil isto se dá de “maneira marcante” e “desde o início pela maneira de trabalhar dos antropólogos que procuram entender grupos sociais a partir do ponto de vista deles” (BASTOS; CORDEIRO, 1997, p. 323-324). Gilberto Velho não explicita, mas deixa a entender que a construção da percepção antropológica do ponto de vista do outro já é analítica pois exige o “se colocar na posição do outro”. Trata-se de um movimento que se faz no complexo das interações sociais entre pesquisador e pesquisados, e se baseia num corpo teórico, ainda que variem seus matizes.

A realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por um determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não

estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Este movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (VELHO, 1978, p. 40).

A construção do conhecimento do ponto de vista do outro, no seu ponto de chegada, de acordo com Gilberto Velho, não se desprende da situação social do pesquisador, pois exige seu engajamento e investimento, apesar de não ser dela cativa.

A formulação do “múltiplo pertencimento” como característica das sociedades modernas urbanas e o modo como assume seu engajamento enquanto intelectual público nos leva ao conjunto de conceitos teóricos por ele utilizados no entendimento das sociedades contemporâneas e às tradições teóricas que o orientaram.

CONSENSO, CONFLITO, INDIVIDUALISMO E SUBJETIVIDADE:  
CONCEITOS PLURAIS

O múltiplo pertencimento se assenta, tal como entendendo o trabalho de Gilberto Velho, em quatro bases: 1)

no conceito de diversidade ou pluralidade de “regiões morais”, inspirado em Park (1967) e de “províncias de significado”, conceito tomado de Schutz (1979), entendido por Gilberto Velho como “níveis de significado” que coexistem na vida urbana, em especial nas metrópoles; 2) na noção de que consenso e conflito, a exemplo de Simmel (1971; 1983), são elementos fundantes de toda sociação; 3) na noção plural de tipos ou modalidades de individualismos e 4) na noção de ação social dos indivíduos vinculada ao jogo entre o mundo interior subjetivo e as práticas e redes materiais e simbólicas.

O uso combinado destes conceitos é que permitiu lidar com as subjetividades e com as culturas ou “meios sociais” de uma forma teórica não redutora. Para Gilberto Velho, os indivíduos não são meros internalizadores dos valores culturais dos grupos sociais a que pertencem como se tratasse de uma cultura unificada baseada em exclusivo consenso, nem são sujeitos essencializados ou hipostasiados.

Antes de prosseguir sobre a forma desse uso combinado e seus efeitos no entendimento da subjetividade e da individualidade nas sociedades contemporâneas urbanas, vejamos como os conceitos passaram a ser integrados no trabalho de Gilberto Velho.

A noção de região moral, desenvolvida por Park (1967) é exemplo significativo dessa tendência (da temática

da organização social do espaço) quando indivíduos com determinadas características sociopsicológicas, cujas origens podem ser diversificadas, tendem a concentrar-se em áreas específicas da cidade (VELHO, 2000b, p. 16).

Tal noção tinha o mérito de apontar a heterogeneidade do mundo urbano e foi desenvolvida por Park no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago. Marcava as fronteiras da diversidade, mas produzia o risco de serem enrijecidas e as regiões serem constituídas como unidades monolíticas e justapostas. Velho inscreve em texto a seguir, elementos que apontam o risco do enrijecimento das fronteiras das diferenças pelo uso modelar da dicotomia entre sociedade tribal e sociedade moderna urbana, sem outorgar o tom crítico que ora introduzo:

Ambos (William Thomas e Robert Park) eram interessados e leitores da literatura sobre sociedades tribais e tradicionais. Buscavam identificar e compreender as diferenças socioculturais dentro das grandes cidades em acelerado crescimento, que consideravam tão importantes de serem estudadas como as diferenças entre sociedades e culturas aparentemente distantes e exóticas (VELHO, 2000b, p. 11).

As noções polarizadoras entre sociedades tradicionais e complexas, por mais estimulantes que tenham sido e sejam, sempre introduziram o risco de imagens inversas e opostas pela reificação do distante e do exótico como unidade unificada. Reificam suas fronteiras culturais como praticamente intransponíveis, dentro da perspectiva relativista de mostrar, revelar e reconhecer configurações culturais distintas. O conceito de “região moral” tem a riqueza da crítica radical a uma percepção da cidade como uma homogeneidade cultural. Mas tem o risco de não dar conta da circulação de moralidades no contexto urbano, e, assim, de produzir ilusória homogeneização moral entre indivíduos compartilhando subáreas espaciais específicas.

A consideração da pluralidade de “regiões morais”, bem como de “províncias de significado” e de “mundos”, tal como apropriada por Velho da proposta de Schutz (1979), ou ainda de pluralidade de “meios sociais” (VELHO; MACHADO, 1977) aliada à noção de circulação e trânsito, produz a possibilidade de pensar tanto a “fragmentação” das identidades como o “multipertencimento”. Aqui, a heterogeneidade social e cultural do mundo urbano é constituída analiticamente sem supor “unidades” com fronteiras enrijecidas.

Mas, em que parâmetros se sustentam os conceitos de circulação e trânsito? Como sujeitos distinguidos por

suas moralidades diversas e por seus valores distintos podem circular, transitar e pertencer a contextos moral ou culturalmente distintos?

Velho e Machado respondem parcialmente à questão em 1977, ao concluírem sobre o “anonimato relativo” presente nas grandes cidades: “a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos” (VELHO; MACHADO, 1977, p. 80), como é o caso exemplificado de médico que participa de rituais de candomblé. Anonimato relativo associado à relativa facilidade de deslocamento físico.

Somente se tem a resposta mais completa de como se dá a circulação e o trânsito entre regiões morais e entre meios sociais distintos, para além da permissibilidade do anonimato relativo, quando se aponta que, desde o início de suas pesquisas, Velho sempre introduziu a presença do conflito, do desvio e da negociação na dinâmica social das sociedades complexas urbanas. É pela introdução dos conceitos de conflito e de negociação que se pode entender que, para Velho, as fronteiras entre bairros e meios sociais nunca foram intransponíveis ou reificadas. Se projetos de metamorfose se constituíram e produziram migrações de bairros a outros, de estilos a outros, tais projetos estiveram sempre suscetíveis a conflitos ou envolvendo conflitos, não somente consensos.



Velho pesquisa produtivamente a diversidade de regiões morais e áreas espaciais específicas como bairros e edifícios, e o faz desde o início de sua carreira, introduzindo o conceito de conflito. Existem conflitos internamente às regiões morais e aos grupos sociais tanto como entre “regiões morais” e “grupos sociais” distintos. A circulação e o trânsito entre “meios sociais” podem assim se dar através de formas conflituosas, nem sempre se restringindo à ideia de anonimato relativo. Com certeza, já aqui a influência de Marx estava presente entre as tradições teóricas que supõem o conflito como constituinte das formas societárias.

Ao contrário de sociedades tradicionais mais estáveis ou integradas, está longe de haver um consenso em torno dos lugares e posições ocupados e de seu valor relativo. Existe o dissenso em vários níveis, a possibilidade do conflito é permanente e a realidade está sempre sendo negociada entre atores que apresentam interesses divergentes. Embora existam os mecanismos de acomodação ou de apaziguamento, sua eficácia é muito variável e, até certo ponto, imprevisível. [...] O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, pode-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc., permitindo remapeamentos da sociedade. O estudo do rompimento e rejeição do

cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos-limites, a rotina e os mecanismos de conservação e dominação existentes (VELHO, 1978, p. 41).

Em primeiro lugar sublinho a importância teórica de integrar o conflito na sua análise, relativizando os efeitos perversos do uso das noções de “regiões morais” ou “províncias de significados”, se considerados como impermeáveis à circulação e ao conflito. Não posso deixar de anotar que, apesar de concordar com a importância dada à introdução da noção de conflito, que retira qualquer peso reificador das fronteiras entre “meios sociais”, Velho associa, nesse trecho, equivocadamente, “conflito” apenas à sociedade complexa e “consenso” à sociedade tradicional. Ele mesmo, a seguir, declara a importância do estudo de conflitos e acresce, na mesma configuração de sentido, o estudo das disputas e acusações. Apesar de serem sobejamente conhecidos, entre outros, os “conflitos de facções” em sociedades tribais, e as “acusações de bruxaria” através de trabalhos clássicos como o de Evans-Pritchard, acusações nas sociedades tribais parecem não ser percebidas como constituindo conflitos. A força da literatura antropológica em acentuar o carácter distinto das culturas “outras” é de tal ordem que tudo parece se passar como se os Azande tivessem o “consenso” de partilhar a ideia de que as acusações não são mais

do que formas de “explicar” as doenças, quando, de fato, não deixam, por isso, de serem conflitos.

Mais tarde, Velho afirmaria claramente: “Sabemos, com Simmel (1964), que o conflito é inerente à vida social” (VELHO, 2000a, p. 57).

Simmel, em seu capítulo sobre a “Natureza sociológica do conflito” (1964), entende-o como inerente não só a toda forma de sociação, e, portanto, à interação social entre indivíduos, como às formas de internalização subjetiva. Contradições e ambiguidades estão presentes nas subjetividades.

Dizia Velho em seu memorial para professor titular:

Um autor fundamental que fui descobrindo, aos poucos, é Georg Simmel. Certamente é uma exploração que ainda não terminou. Seu trabalho como pensador, difícil de classificar ou rotular, tem sido muito instigante para a minha atividade intelectual e de pesquisador. Consequentemente, a temática indivíduo e sociedade, com todas as suas implicações e abrangência, é central tanto para minha atividade de pesquisa como de ensino [...] (VELHO, 2012, p. 184).

É, assim, a Simmel a quem Velho recorre para investir no conceito de individualismo, filtrado, no entanto, pela visão dumontiana. Dumont (1966) caracteriza a especificidade da sociedade moderna ocidental pelo enten-

dimento de que o agente empírico indivíduo se percebe e é percebido como valor do indivíduo/sujeito autônomo de sua vontade. As reflexões de Simmel partem dos indivíduos e subjetividades ocidentais, sem que seja sua temática refletir se tal percepção dos indivíduos e subjetividades possa, em parte ou em todo, se referir a outras sociedades ou contextos.

Assim, as reflexões que Simmel faz sobre indivíduos e subjetividades, entende-as, de um lado, como referidas às sociedades modernas. Velho incorpora o conceito de individualismo no seu plural nas sociedades urbanas. De outro lado, as observações de Simmel o fazem desconfiar da “dissolução da ideia de indivíduo e de sujeito” no sentido geral.

Entende a partir de Simmel que são as condições heterogêneas das grandes metrópoles que propiciam a expansão dos valores individualistas.

Um dos pontos básicos de Simmel é mostrar que o desenvolvimento dos valores individualistas está associado à possibilidade do indivíduo poder transitar entre diferentes grupos, não sendo englobado, diríamos nós, apenas por um deles. Essa experiência estimula e reforça uma percepção de si mesmo como ser independente (VELHO, 2000a, p. 18).

Desenvolve então a relação entre trânsito e circulação como forma de expansão dos valores individualistas:

É o trânsito e circulação entre diferentes grupos e meios sociais que é causa e consequência, num processo circular, de expansão dos valores individualistas. [...] A presença dos laços de parentesco, de compadrio, e a importância dos bairros, das localidades, são variáveis que estabelecem limites sociológicos e psicológicos a essa liberdade individual. Logo o modo de internalizar e viver essas ideologias individualistas variará em função de diferentes situações, contextos e trajetórias (VELHO, 2000a, p. 19).

Entende que são também as condições das sociedades modernas urbanas que propiciam a produção de variantes e tipos de individualismo, aos quais atribui conteúdos e efeitos distintos e concorrentes. Para ele, as ideologias individualistas da “indiferença e do narcisismo” concorrem com as ideologias individualistas da “liberdade individual e dos direitos igualitários”. Em relação às ideologias individualistas da “indiferença e do narcisismo”, enfatiza o efeito “disciplinador” de sustentar e reproduzir as condições de desigualdade social, de risco e de desagregação. Em relação às ideologias individualistas da “liberdade individual e dos direitos igualitários”, enfatiza seus efeitos de sustentar e propiciar a prevalên-

cia de redes de reciprocidade e de valores de uma atuação privada e pública em prol de políticas sociais e do bem público.

A indiferença, o egoísmo, o narcisismo aparecem como expressão do individualismo associados à especificidade da vida metropolitana, à separação de domínios, à fragmentação de papéis, à perda de laços de comunidade, a deformações do capitalismo competitivo, à massificação, entre outros. Portanto, de um lado temos o individualismo(s) como força positiva de transformação, vinculado às ideias de liberdade e igualdade, rompendo com a opressão e rigidez de sistemas tradicionais de dominação e organização social como o feudalismo. De outro, o individualismo aparece como produtor de situações de desagregação e anomia sociais, rompendo com valores e redes de reciprocidade e de atuação pública (VELHO, 2000b, p. 21).

As condições da organização do tráfico de drogas sustentam uma outra modalidade de individualismo: o individualismo agonístico:

[...] São individualistas agonísticos, demandando o consumo de bens como vestuário, calçados de grife e, em círculo vicioso, de armas cada vez mais poderosas, que são símbolos de poder que reforçam o seu prestígio junto aos seus companheiros e junto às mulheres jovens que namoram intensamente (VELHO, 2000b, p. 25).

Busca então estabelecer, inspirado em Simmel, a relação entre cultura subjetiva e objetiva.

#### SUBJETIVIDADES E POSSIBILIDADES OBJETIVAS

O modo como articula cultura subjetiva e objetiva é afirmar que são as diferentes situações, contextos e trajetórias que orientarão as formas variadas de interpretação das ideologias individualistas. Atribui agência subjetiva ao falar de trajetórias que se fazem e refazem a partir de investimentos subjetivos em projetos e metamorfoses. Atribui limites aos investimentos subjetivos a partir das formas de interação e relações sociais vivenciadas em função dos “meios sociais” e das “regiões morais”, mas é a introdução do conceito de individualismo e de agência subjetiva que limitam o entendimento da subjetividade como imediatamente dada pelo tipo de região moral de que participa.

No texto a seguir, enfatiza as possibilidades da agência individual e dos investimentos subjetivos, sempre delimitados num campo de possibilidades objetivas:

A ação social dos indivíduos, através de sua permanente interação, só é possível a partir de motivações que são encontradas num jogo entre mundo interior, subjetivo, e práticas e atividades no cotidiano, envolvendo redes sociais em níveis materiais e simbólicos, com especifi-

idades e características próprias. A expressão *âncoras identitárias* hoje me parece um tanto pesada, podendo sugerir pouca mobilidade existencial. Para mim, âncora remete a, mais ou menos, poderosas belonaves estacionadas num porto ou numa base, o que seria contraditório com a intenção de salientar o que chamei de potencial de metamorfose de indivíduos vivendo e agindo em campos de possibilidades socioculturais. Ou seja, a transformação se dá dentro de um repertório, mas os matizes, os meios-tons, as ambiguidades produzem resultados fascinantes por sua variedade associada ao dinamismo dos projetos, desejos e aspirações. Em vez de âncoras, prefiro algo que remeta à memória, em permanente revisão, à socialização, às trajetórias e a escolhas contextualizadas. Sem querer sair numa espécie de romantismo existencialista, tal combinação, sendo possível, valoriza a vertente da história do pensamento que explora a temática da liberdade e seus limites (VELHO, 2009, p. 15).

Para ele, os indivíduos são intérpretes de códigos e não internalizadores “naturais” dos valores sociais ou morais de uma determinada “província de significado” ou de uma “região moral”.

A própria noção de sujeito não é só fonte de polêmicas e divergências, mas de contestações radicais. Portanto, longe de mim pretender dar conta de todas as suas implicações. Para o nosso entendimento, a identidade



individual do sujeito é construída através da memória – visão retrospectiva e de projetos – visão prospectiva. “Olhando” para trás e para frente, o agente individual que denominamos de sujeito reinterpreta, com maiores ou menores “ilusões” o seu passado e o seu futuro. Na sociedade moderna individualista é fundamental a ideia de uma continuidade subjetiva interior que, através de múltiplas e diversificadas etapas e interações, mantém uma consistência básica. Self, ego, entre outras, são noções que permeiam os autores e tradições com que temos lidado. O multipertencimento, a fragmentação de papéis e contextos, assim como outras análises e perspectivas, às vezes tendem a reduzir e minimizar a noção mais convencional de identidade individual a ponto de quase dissolvê-la, diluindo-a. Procuo encontrar não, propriamente, uma áurea medida ou posição intermediária, mas uma perspectiva que, sem congelar o agente individual numa postura essencialista, reveja-o na dinâmica socioexistencial, tão flagrante e mesmo dramática nas cidades e metrópoles onde temos pesquisado (VELHO, 2009, p. 16).

É a combinação do uso desses conceitos em seus sentidos plurais que permite ao autor trabalhar com subjetividades sem que elas sejam englobadas e aprisionadas em uma sociedade ou um grupo imaginado como uma unidade. Caso assim o fizesse, a subjetividade individual e a região moral ou meio social teriam sido concebidos como unformatados. Falar em pertencimento no sen-

tido de Gilberto Velho é falar de investimentos subjetivos diante de um campo de possibilidades. Importante destacar o uso combinado do conceito de regiões morais, meios sociais e províncias de significado, e os conceitos de conflito e consenso como inerentes aos processos de sociação em que interagem as agências subjetivas.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Gilberto Velho, a constatação da fragmentação de papéis e do multipertencimento advindos da heterogeneidade da vida social nas cidades e metrópoles, não pode nem deve anular as agências subjetivas. A diversidade dos “meios sociais”, das “regiões morais” e das “províncias de significado” e o entendimento dos conflitos como inerentes à sociação exigem entender as agências subjetivas em sua dinâmica socioexistencial.

As subjetividades pressupõem memória, e, através dela, a continuidade e a consistência interior, ainda que atravessadas por multipertencimentos, múltiplas interações e transformações. Gilberto Velho se debruça, assim, sobre subjetividades, projetos e metamorfoses.

Trata-se de uma forma original de combinar subjetividade e objetividade a partir das inspirações teóricas de Park, Schutz e Simmel. O modo pelo qual integra estas diferentes tradições teóricas se assenta na enun-

ciação de seu lugar de fala. Percebe-se como um olhar situado a partir de onde é possível buscar significados. Seu ponto de vista como antropólogo, autor e analista é o de entender a si e aos outros como subjetividades com pontos de vista diversos envolvidos em uma dinâmica socioexistencial.

O pesquisador e seus “outros” se enredam na dinâmica socioexistencial: constituem-se como subjetividades distintas diante das práticas sociais interativas e relacionais que os englobam. Sua metodologia analítica é extremamente coerente e interdependente com relação à sua crítica política. O método que propõe e realiza é o de “poder pôr-se no lugar do outro”. Expressa assim sua sensibilidade diante das agências subjetivas dos pesquisados e diante das condições dos seus “meios sociais”. Sua crítica política como intelectual público responde a essa mesma sensibilidade.

A sociação de que fala é vista como “em processo”, na qual as agências subjetivas em interação nos meios sociais estão em processo de se fazer: configurando-se e se transformando. Acadêmico cuidadoso, para ele diversidade não é apenas multiplicidade, é também desigualdade, ambos componentes da heterogeneidade do “meio social” que focaliza nas suas pesquisas.

O mesmo vigor e delicadeza que coloca na análise de seus “outros” pesquisados está presente no contínuo

chamamento que, como intelectual público, faz à “sociedade civil” e ao estado, para que enfrentem os desafios da sociedade brasileira e os riscos da sociedade moderna contemporânea.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Cristiana; CORDEIRO, Graça (Org.). Desafios e metamorfoses da Antropologia brasileira. Entrevista com Gilberto Velho. *Etnográfica*, Lisboa, v. I, n. 2, p. 321-327, 1997.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: essai sur le système des castes*. Paris: Gallimard, 1966.

LABATE et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

PARK, Robert E. *On social control and collective behavior: selected papers*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, Georg. *Soziologie*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908.

SIMMEL, Georg. *Conflict and the web of group-affiliations*. New York: The Free Press, 1964.

SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. p. 123-134.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de Antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (Org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. Parentesco, individualismo e acusações. In: VELHO, Gilberto; FIGUEIRA, Sérvulo A. (Org.). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

VELHO, Gilberto. A busca de coerência: coexistência e contradições entre código sem camadas médias urbanas. In: FIGUEI-

RA, Sérvulo A. *Cultura da Psicanálise no Brasil: psicanálise e psicologia na sociedade contemporânea*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Editora da UFRJ, 1987.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 39, p. 56-60, 2000.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 11-19.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, abril 2006.

VELHO, Gilberto. O multipertencimento e os jovens do mundo contemporâneo. *Cadernos IHU*, UNISINOS, v. 208, p. 22-23, 2006.

VELHO, Gilberto. O consumo dos psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política. Entrevista concedida a Maurício Fiori. In: LABATE et al. (Org.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 123-139.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 59, p. 11-18, 2009.

VELHO, Gilberto. Civilidade e educação. *O Globo*, Rio, 15 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. A violência depois das eleições. *O Globo*, Rio, 9 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. A destruição do patrimônio. *O Globo*, Rio, 2 de abril de 2011. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. Crime e corrupção. *O Globo*, Rio, 10 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://gilbertovelho.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VELHO, Gilberto. Memorial (Documento em Homenagem a Gilberto Velho). *Mana*, v. 18, n. 1, p. 173-212, 2012.

VELHO, Gilberto. Medo, insegurança e violência. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia; PATRIOTA DE MOURA, Cristina (Org.). *A cidade e o medo*. Brasília: Verbena; Francis, 2014.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. A organização social no meio urbano. *Anuário antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 76, p. 71-80, 1977.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WEBER, Max. *The city*. Glencoe: The Free Press, 1958.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.